



PATRIMÔNIO CULTURAL – USO PÚBLICO E PRIVATIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Maria Tereza Duarte Paes-Luchiari¹

APRESENTAÇÃO

Inicialmente vamos nos aproximar da cidade - natureza transformada pela ação social, que acumula nos seus artefatos o tempo humano. A mudança de posturas, concepções e ideários em relação ao patrimônio cultural urbano revela os universos simbólicos contidos nos arranjos espaciais da sociedade.

Sabemos que os significados e a apropriação do espaço urbano possuem matrizes temporais e espaciais. Nas temporais, a história social vai dando sentido à produção e à apropriação do espaço urbano; nas espaciais, as formas cristalizadas na paisagem, *refuncionalizadas*² ou ainda marcadas pelos usos tradicionais, são testemunhas de uma geografia desigual.

Os centros urbanos, sobretudo os que testemunharam os processos sociais que originaram as cidades; ou os que simbolizaram fortemente a dinâmica de uma economia agrícola (como a cana e o café, no Brasil), ou industrial, são heranças que carregam a multiplicidade da história, com seus fluxos e refluxos, na produção do espaço.

Estes centros históricos, construídos pelas distintas influências que deram formas às cidades, transformaram-se, hoje, em um fetiche do olhar, sobretudo do olhar do turista que

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp/IG/Dgeo), São Paulo: luchiari@ige.unicamp.br

² Muitos autores e urbanistas utilizam os termos revitalização e requalificação, embora alguns considerem que a requalificação não se limita a restauração das formas, como ocorre na revitalização. Os termos enobrecimento e gentrificação são mais específicos para os processos de renovação e elitização de áreas centrais urbanas. Neste texto adotamos a concepção geral de refuncionalização, entendendo que esta está presente em todos os outros processos. Sobre estes conceitos ver especialmente: Featherstone (1995), Hall (2002 [1988]), Zukin (1996), Evaso (1999), Dodson (2001), Leite (2004), Harvey (1987, 1992).

transforma os artefatos culturais, elaborados pelas diversas tradições, em objetos de consumo do exótico.

Ao longo do século XIX, o patrimônio cultural de muitos centros urbanos europeus simbolizou a consolidação das nações que elegiam o patrimônio das elites para representar a coletividade, sob a tutela do Estado.

No Brasil esse processo ocorre nas primeiras décadas do século XX, mas também é responsável por um longo período no qual a seleção dos bens culturais, passíveis de tombamento, esteve sob a salvaguarda do ideário nacionalista e dos setores oligárquicos. Só nas últimas décadas do século XX, amplia-se a tipologia de bens a serem tombados (como a arquitetura popular e industrial, ou o patrimônio material e imaterial das culturas rústicas), acompanhando uma relativa tendência de *democratização do patrimônio*³, ou uma tendência internacional de tomar os bens culturais como objetos de consumo turístico. Trocamos, então, as ideologias nacionalistas pelas neoliberais que transformaram o patrimônio em mercadoria.

Este processo atribuiu às paisagens urbanas um novo sentido no campo do consumo cultural - tendência que reflete a globalização da cultura e a renovação das ideologias do patrimônio. O capitalismo contemporâneo associou à cultura uma nova e vigorosa racionalidade econômica.

Os processos de refuncionalização ou renovação urbana vêm servindo agora às ideologias do mercado, muitas vezes desvinculadas das práticas culturais e do sentimento de pertencimento das populações locais.

Quando nos referimos à preservação do patrimônio cultural⁴ (natural, edificado ou imaterial), estamos falando de um processo histórico seletivo de atribuição de valores às formas e às práticas culturais que implicam em intervenções, decisões e escolhas políticas. Por isto, os bens culturais tombados como patrimônio representam, tradicionalmente, os grupos sociais hegemônicos (a arquitetura colonial, os palácios, as pirâmides, as igrejas). Só recentemente os artefatos e os bens simbólicos da cultura popular (as vilas operárias, o artesanato, as tradições imateriais) ganharam prestígio de patrimônio cultural – ainda que

³ Sobre a ampliação da participação social nos processos de tombamento, no caso da cidade de São Paulo, ver especialmente: Rodrigues, C. N. (2001).

⁴ Não é objetivo deste texto refletir sobre as definições de patrimônio histórico ou cultural. Cabe apenas ressaltar que todas as distinções feitas (patrimônio arquitetônico, ambiental, imaterial etc.) representam, ao mesmo tempo, o patrimônio cultural, pois já foram elaborados, valorizados e apropriados pela sociedade.

estes tenham um valor secundário como capital cultural e na construção da identidade nacional⁵.

É esta construção social dinâmica que elege, em cada tempo histórico, as formas dignas de preservação e as funções que elas devem acolher.

Mas a grande questão que se coloca, hoje, não é mais sobre a homogeneização das formas nos projetos de renovação urbana, mas o porque do consumo estético das formas-paisagem ter mais valor do que o seu uso social democrático. A resposta à essa pergunta nos revela uma estrutura social excludente, as estratégias do poder político e econômico na gestão do espaço público urbano, e um processo generalizado de *fetichização* da paisagem.

Devemos, então, buscar entender os novos conteúdos que vêm refuncionalizando o patrimônio cultural, mapear os seus diferentes usos no território, e compreender de que modo um “lugar de cumplicidade cultural” (Canclini, 1994, p.96), ao ser valorizado pelo olhar externo, no caso, do turismo, produz territorialidades excludentes ao próprio lugar.

Na gestão do patrimônio cultural é preciso analisar o campo de disputa entre as escalas espaciais da globalização, do território nacional, da região e do lugar, e entre três sujeitos sociais: o Estado, as empresas e a sociedade civil.

O problema não é a transformação da natureza em cenário, ou das práticas e artefatos culturais em espetáculo, a pós-modernidade nos trouxe esses valores de aceitação e até de preferência pela simulação. O problema relaciona-se às condições de exploração social em que são produzidas a espetacularização da natureza, da cultura e de suas formas.

São estas questões que são tratadas nesse texto, tomando o Centro Histórico de Campinas como referência. Mas antes, é importante retomar um pouco a história desse patrimônio que agora valorizamos.

CAMPINAS E A MEMÓRIA DO CENTRO HISTÓRICO

Como outras cidades do interior paulista, Campinas, ou a *Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá*, era referência para tropeiros e para os bandeiristas no início do século XVIII. Em seguida, já *Vila de São*

⁵ Mesmo as expressões do folclore, já valorizadas há mais de um século, limitaram-se aos estudos das culturas estanques, não inseridas no atual processo de mundialização da cultura.

Carlos, a *Vila do Açúcar* passa a ser erguida, no Centro, ou *rossio*, enquanto a *freguesia*, ou o entorno, dá lugar aos grandes latifúndios açucareiros. A vida urbana passa a ser organizada pela aristocracia nascente. São desse período a Catedral (1807-1833), o Teatro São Carlos (1814), a Igreja do Rosário (1817), a Casa de Conselho e a Cadeia (1825 e 1830).

Enquanto os senhores de engenho construíaam no Centro da Vila suas casas para finais de semana e festejos sociais, religiosos ou políticos, os cafeicultores que os substituíram construíaam a Cidade de Campinas para a moradia e para o comércio. Então o Centro ganha densidade de pessoas, objetos e construções. Os leitos e as estruturas construíaas pela Companhia Paulista de Vias Férreas (Campinas-Jundiaí) e pela Estrada de Ferro Mogiana (para o interior, 1875), circundavam o Centro e tomavam a Estação Ferroviária da Cidade como ponto de encontro entre o lugar que se dinamizava, a região e as relações externas.

A infra-estrutura urbana ganha estilo, estética e objetos técnicos. São desse período a iluminação a gás, a água em chafarizes, os bondes à tração animal, o telégrafo e o serviço postal.

Contornando a Estação Ferroviária a *Cidade do Café* substitui a *Vila do Açúcar*. “*O padrão arquitetônico eclético adotado pelos barões do café, para suas residências, é exuberante e ostentador, demonstrando a riqueza e a opulência que permeava a atmosfera campineira do século XIX. Os remanescentes desse período compõem os principais prédios do Centro Histórico hoje. Mas há poucos exemplares da Vila do Açúcar, como a Casa Grande e Tulha, pois suas casas grandes de pau a pique ou de taipa foram substituídas pelos tijolos da Cidade do Café, como a Estação Ferroviária, por exemplo*” (Joly, 2002, p. 34).

Os modelos que se sucedem convivem, mas o novo sempre subjuga o velho. A herança colonial dos primeiros traçados passa a ser secundária. A forma capitalista é impulsionada, inicialmente e contraditoriamente, pela mão de obra escrava, que é o trabalho que dava fluidez e alimentava a dinâmica sócio-espacial da cidade colonial.

A área central de Campinas consolida-se com o capitalismo industrial que impulsiona o processo de urbanização. Campinas multiplica suas infra-estruturas urbanas (água encanada, esgoto, arruamentos e construções) e o seu poder de pólo regional. Mas estas conquistas não contêm os três surtos de febre-amarela que, em 1889, devido, em parte, à

falta de saneamento e drenagem das áreas alagadiças de sua periferia, quase dizimaram a população da cidade.

Estes acontecimentos, aliados às tendências do urbanismo sanitaria e do planejamento territorial são, de certo modo, responsáveis pela mentalidade progressista e modernizadora que acompanhou a destruição e a produção do espaço urbano nas décadas que se seguiram, tomando como marco o *Plano de Melhoramentos Urbanos*⁶, projetado por Prestes Maia a pedido dos administradores da época e da elite local. O Plano de Melhoramentos respondia às necessidades de modernização trazidas pela industrialização. Ele envolvia grandes intervenções urbanas como o alargamento de avenidas, desapropriações, prolongamento de ruas, estabelecimento de zonas específicas e ampliação das redes de saneamento e verticalização. “*Tratava-se de um projeto radiocêntrico, no melhor estilo da ideologia urbanística do progresso*” (Joly, 2002, p. 38).

O novo código de obras de 1934, e a necessidade de ampliação do sistema viário, legitimam a verticalização do centro. Além da multiplicação das moradias o Centro também acolhe, nesse período, os edifícios públicos do Fórum, dos Correios e Telégrafos e o Centro de Saúde.

Os bondes elétricos possibilitam uma melhor fluidez sobre o território, influenciando no início do processo de ampliação da cidade, com o loteamento das fazendas do entorno, e o afastamento das moradias, das indústrias e das pessoas para fora do Centro, enquanto este vai se especializando nas atividades terciárias.

A nova cidade industrial impõe os eixos de circulação. As praças, os edifícios públicos e privados, os parques e os novos edifícios residenciais vão alimentar a mentalidade modernizadora e progressista do Campineiro que passa a tratar os remanescentes da *Vila do Açúcar e da Cidade do Café* como relíquias indesejáveis. É nesse período que vem abaixo os antigos solares dos barões do café.

Essa remodelação de Prestes Maia, ocorrida na Era Vargas, impõe a representação de um Estado forte e interventor na produção do espaço urbano. Em 1954 o Código de Obras, conjunto de normas de uso e ocupação do solo, favorece a renovação da cidade. Para Costa Santos (2002, p.288), ou Toninho, na “composição de capital público e privado, caberia ao

⁶ Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas, elaborado por Francisco Prestes Maia em 1934, aprovado em 1938 pelo Ato Municipal n. 118 e executado entre 1938 e 1962 (Badaró, 1996, p. 49).

primeiro remodelar o centro e ao último ampliar a cidade, loteando as fazendas mais próximas”.

A expansão urbana de Campinas foi fortemente marcada pela dinamização do setor da construção civil que intensificou a capacidade de uso do solo na região central, com a sua verticalização, e a expansão horizontal da cidade que forçou as fronteiras urbanas para a periferia, nos anos 1970, e, nas décadas seguintes passou a incorporar antigas áreas rurais.

O Plano de Desenvolvimento Integrado (PDDI) dos anos 1970 deu continuidade ao Plano de Melhoramentos de Prestes Maia, induzindo os eixos de expansão urbana dos investimentos imobiliários.

Dos anos 1950 a 1970, o ideário de modernização foi legitimando a renovação urbana às custas de antigas edificações que representavam, no Centro Histórico, a memória da cidade.

Até os anos 1970, a ausência de legislação específica e de leis de zoneamento permitem que a pressão da especulação imobiliária coordene a saturação do Centro e a expansão horizontal descontrolada da cidade. Novas centralidades, ou a ocupação orientada por novos eixos, foram sendo estimuladas.

O Centro, apesar de ainda representar a multiplicidade de usos, é, nesse período, abandonado pelas classes médias e elites locais que vão buscar o consumo de produtos e serviços mais sofisticados nos Shopping Centers. Enquanto o centro vertical se congestionava, a década de 1980 trás um movimento de descentralização da cidade que faz com que os modernos investimentos em infra-estrutura, serviços e comércio virem as costas para o Centro e busquem terrenos maiores, mais baratos e dotados de fluidez nas áreas de entorno da cidade, sobretudo aquelas vinculadas aos grandes eixos de circulação: Rodovia Bandeirantes, Via Anhanguera e a Rodovia D. Pedro I.

O Centro Histórico perde então o seu *status*, expulsando as atividades modernas e a população de alta renda, entrando em um processo de popularização, com a presença dos Terminais de ônibus urbanos, a multiplicação do comércio informal, a insegurança e o abandono em relação às infra-estruturas necessárias para a sua dinamização, sobretudo no período noturno em que perde a freqüência da população campineira que o substitui pelos shoppings centers.

Por outro lado, da década de 1980 ganha força na cidade a concepção de um grupo de intelectuais que luta pela preservação do patrimônio histórico e cultural. Com a criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural de Campinas, o Condepacc, em 1987, e um zoneamento inicial que protegia e estimulava o tombamento de uma série de edificações com suas áreas envoltórias, trouxeram as contradições entre a rigidez das formas edificadas tombadas, e as novas formas e funções necessárias aos diferentes usos de um centro tradicional que precisava renovar o seu papel na dinâmica da cidade. As restrições urbanísticas da legislação que protege o patrimônio, conspiraram, de certa forma, para consagrar o esvaziamento das funções mais nobres da região central.

Associado a um período de grande crescimento demográfico do município, sobretudo ocasionado pela migração de baixa renda, o centro passou a atrair ainda mais os trabalhadores e consumidores do mercado informal. Os terminais de transporte coletivo, o consumo mais popular e diversificado e os serviços públicos oferecidos nessa região fortaleceram a organização de um circuito inferior da economia.

Desse modo, os planos de preservação das edificações da área central que se seguiram passaram a expor as contradições de se querer revitalizar uma área urbana cheia de vida, embora em grande parte indesejável.

Enquanto o processo de desindustrialização, ou de descentralização industrial, abandonou os centros tradicionais das cidades, a globalização econômica, sobretudo dos anos 1990, tomou os projetos de renovação das áreas centrais como estratégia espacial da competitividade entre as cidades em atrair capitais.

Embora não possamos falar em Planejamento Estratégico em Campinas, ou mesmo da reprodução de um modelo de urbanismo semelhante ao de Barcelona, a forma de reapropriação do patrimônio cultural edificado do centro histórico, e o papel destes planos de renovação urbana na reincorporação do centro como área estratégica na economia urbana da cidade, e nas redes globais de cidades, é inegável. Para Sánchez (1997, p.74):

“A historicidade – como atributo artístico e, portanto, carregada de valor – é incorporada como um dos elementos básicos de uma estratégia de valorização, transformando centros históricos em objetos de desejo do capital globalizado”.

Na verdade, como o próprio documento do Ministério das Cidades (2004, p. 74) afirma:

“A generalização do modelo, então, passou a atingir de forma parcial as cidades brasileiras. Nas grandes cidades brasileiras, as tendências internacionais atingiram apenas determinados espaços simbólicos das áreas urbanas centrais. Nichos de globalização, com centros de negócios, como fragmentos menores que procuram conectar-se às redes globais, mas que permanecem restritas, principalmente, a atividades ligadas ao turismo e ao entretenimento – aspectos que figuram dentro do programa urbano de cidades globais, centradas no terciário. Proliferam-se, assim, áreas tratadas como ‘bibelôs’ urbanos, providas de equipamentos de lazer, ao gosto internacional, povoados de cafés, bares, restaurantes e centros culturais, dentro das restritas opções que possuem as cidades brasileiras para integrar-se, de alguma forma, no cenário da economia globalizada.”

As contradições entre exclusão e inclusão social permanecem nos planos que se lançam a resolver as questões do esvaziamento e da reabilitação das áreas centrais.

Esses projetos em países que ainda não atingiram a expansão da urbanização e da modernização em todo o seu território, ampliam a modernização fragmentada, implantando melhorias em serviços urbanos e infra-estruturas em áreas concentradas e para o consumo das populações de maior poder aquisitivo.

O próprio Ministério das Cidades (2004, p. 75) torna clara essa contradição quando expõe que, enquanto o déficit de moradias para o país gira em torno de 6,5 milhões de unidades, estas áreas, muitas vezes ricas em estoques imobiliários, participam entre os 5 milhões de domicílios vagos:

“Em Recife e no Rio de Janeiro os imóveis vagos chegam a 185 do total de domicílios da área urbana. Só na cidade de São Paulo são 400 mil domicílios urbanos vagos, a maioria situada em áreas consolidadas centrais”

Entre as permanências de uma dinâmica sócio-espacial local e as determinações de um modelo externo que impõe uma lógica espacial globalizada e fragmentada, é importante compreender que estes planos de refuncionalização urbana das áreas centrais não são auto-explicativos; eles fazem parte de um modelo contemporâneo de urbanismo que acirra a

competição entre as cidades que querem ser incluídas na rede global de cidades para se fortalecerem como pólos atrativos para a captação de recursos financeiros.

VELHAS FORMAS, NOVAS FUNÇÕES – AS TENDÊNCIAS DE REFUNCIONALIZAÇÃO URBANA

Em todo o mundo as velhas formas das cidades industriais ganham novas funções. Em inúmeros países o redesenvolvimento⁷ dos centros históricos de cidades industriais são exemplos dessa tendência da urbanização contemporânea. Os exemplos emblemáticos da requalificação urbana do Planejamento Estratégico dos espanhóis (Barcelona e Bilbao) são reproduzidos à exaustão em sua concepção ou aos fragmentos.

Estes projetos têm procurado uma parceria entre o Estado, que investe em infra-estruturas e programas não-rentáveis, o setor privado que é estimulado a investir nestas áreas por meio de empreendimentos comerciais, e a sociedade que, por meio do consumo de bens e serviços da indústria cultural reintegra essas áreas à malha urbana.

A ideologia empresarial do governo urbano passou a selecionar áreas que possam atrair o capital. Os inúmeros projetos de revitalização ampliaram a “competição entre as cidades pela posição de centros de consumo” (Dodson & Kilian, 2001, p. 203). Estes modelos, importados entre as cidades, impulsionam a transição para a acumulação flexível e para uma cultura urbana pós-moderna, que toma como símbolo a espetacularização do planejamento (Harvey, 1987, p. 270).

Estes projetos reinventam a memória local, resgatam o capital simbólico e cultural como espetáculo, e padronizam as formas edificadas, adequando-as ao gosto da fruição visual, e tornando-as atrativas para a mercantilização do lugar que, no processo de acumulação flexível, é transformado em mercadoria turística. O resgate das concepções de cenário e espetáculo se justifica, de um lado, pela importância dada a iluminação, a maquiagem, aos ornamentos e ao embelezamento e, de outro, às inúmeras atividades culturais programadas para atrair cada vez mais visitantes (apresentações musicais, teatrais, comemorações, festividades etc.).

⁷ Além dos centros históricos vale ressaltar os inúmeros casos de revitalização portuária como em Londres, Sydney, Toronto, Baltimore, Lisboa e Hong Kong e, no Brasil, Belém e Manaus.

Este tipo de projeto de revitalização de áreas urbanas localiza o global no local e responde com as especificidades do lugar às demandas internacionais.

Os centros históricos das cidades brasileiras mais adensadas ganharam destaque especial nos inúmeros projetos de revitalização⁸, alimentados pelo setor turístico. Em inúmeros Centros Históricos de capitais nordestinas, as populações locais (em geral pobres, mendigos e prostitutas) foram desapropriadas de suas antigas territorialidades para dar lugar a centros culturais, cafés, casas de espetáculos, restaurantes. Enquanto os projetos de revitalização carregam nas tintas para salientar as formas que agora exibem a estética da espetacularidade para o consumo do lazer, os usos sociais seletivos destas áreas não disfarçam o processo de segregação sócio-espacial. Apesar do revigoramento das formas, a fragmentação social acentua-se no uso direcionado ao consumo cultural, ou seja, exclusivo aos grupos sociais economicamente privilegiados.

Porém, isto não significa afirmar que estas intervenções sejam sempre negativas do ponto de vista da democratização dos seus usos. O problema é dar demasiada importância à dimensão estética das formas, e atribuir-lhes um valor econômico em detrimento do seu valor cultural original, destituindo destas paisagens o que as transforma em lugar: as habitações, os usos diversificados das práticas sociais cotidianas, o sentimento de pertencimento das populações locais.

É equivocado conspirar contra a diversidade de usos presentes nos centros urbanos tradicionais para transforma-los em regiões exclusivas do consumo cultural e de serviços sofisticados. Isso seria transformar os nossos centros em shoppings centers, ou seja, paisagens-mercadoria de acesso seletivo. A questão central é buscar estratégias de apropriação social democrática do patrimônio.

O patrimônio cultural é objeto de disputa econômica, política e simbólica entre o Estado, o setor privado e a sociedade civil. Conciliar os diferentes usos e primar pela permanência das populações locais, observando as possibilidades de sobrevivência

⁸ Entre os vários exemplos podemos citar Salvador (BA), São Luis (MA), Recife (PE), Fortaleza (CE), São Paulo (SP), Campinas (SP), Curitiba (PR), e Manaus (AM) que, seguindo os passos de Belém (PA), também está implantando um projeto de revitalização do Porto.

econômica e de acesso à moradia destas⁹, sem excluir os visitantes, nem o caráter público dos bens tombados, devem constituir-se na preocupação central do planejamento urbano, ainda que com fins turísticos.

É na possibilidade de convivência entre os vários usos sociais que o fenômeno do turismo pode construir uma gestão mais democrática do território, afinal, se valorizamos a democratização das diferentes formas e representações culturais, porquê homogeneizamos o seu uso social?

O ATUAL CENTRO HISTÓRICO DE CAMPINAS – POLÍTICAS, USO PÚBLICO E PRIVATIZAÇÃO

É importante, então, recuperar o papel das estratégias políticas de apropriação do solo nas áreas centrais, tomando como referência a cidade de Campinas, São Paulo. Vale à pena também destacar que o planejamento urbano e as estratégias de preservação do patrimônio cultural urbano têm encontrado, na maior parte das cidades brasileiras, dificuldades de diálogo.

Em Campinas, conforme já foi apontado, após o Plano de Prestes Maia, o mais importante foi o PDDI (Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado), da década de 1970, que ampliou o primeiro mas só passou a ser executado na década de 1980, com obras públicas de saneamento e articulação viária.

A década de 1980, que assistiu a criação do CONDEPACC (Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas), presenciou a formação de uma nova mentalidade sobre o patrimônio cultural, sobretudo o edificado. Grande parte dos edifícios históricos que sobrevivem no centro de Campinas, hoje, são tombados nesse período.

Com a descentralização urbana, intensificada nos anos 1990, novas propostas de renovação do Centro de Campinas são elaboradas. Em março de 2002 a Secretaria de Planejamento Municipal (SEPLAMA) finaliza o *Plano de Requalificação Urbana da Área Central de Campinas* e, ainda em 2002, o *Projeto Centro*, elaborado pelo Conselho Setorial do Patrimônio Cultural de Campinas (CSET), substitui o primeiro, mas não antes de uma

⁹ Vale destacar o Programa de Reabilitação de Sítios Históricos (PRSH), lançado em dezembro de 2000 pela Caixa Econômica Federal e pela embaixada da França, visando a inclusão de populações locais nos projetos de reabilitação de imóveis em sítios históricos tombados.

longa polêmica que questionava a passagem do Plano para a Secretaria de Cultura, retirando-o das estratégias mais abrangentes da Secretaria de Planejamento.

As estratégias de refuncionalização do Centro buscaram dar positividade à sua imagem, recuperando as formas do patrimônio edificado, e criando uma programação de eventos culturais que pudessem atrair novamente a população das classes médias e altas. Somado a isso, temos a preocupação com a qualidade de vida que deve emanar das ruas, das praças, dos edifícios e da população usuária da área central.

Nesse sentido, aliam-se as estratégias para os melhoramentos urbanos, e para a implantação de equipamentos e serviços de lazer e do turismo cultural.

O consumo dos bens culturais do patrimônio passa a ser, então, objeto de discussão entre o valor simbólico (valor de uso) e o valor econômico (valor de troca). Nesse sentido, o Turismo Cultural – ao superdimensionar o valor da fruição apenas visual (e por que não dizer, comercial) dos lugares, em detrimento dos símbolos de pertencimento das populações locais, tem grande responsabilidade nesse processo.

Por outro lado, é justamente a valorização turística de patrimônios históricos e culturais que tem possibilitado a implementação de estratégias de preservação, seja através de subsídios financeiros para o restauro, ou da mudança de atitude das práticas sociais em relação à necessidade da preservação de bens culturais.

Desde o final dos anos 1980 o Centro Histórico de Campinas passou a ser objeto de inúmeros interesses. Passou a ser visto pelo poder público municipal como alternativa para manter a dinâmica de crescimento da cidade; a iniciativa privada vislumbra no Centro um novo horizonte de empreendimentos e, ambos, ao tomarem os grandes vetores de dinamização da cidade - ou seja, a ampliação do Aeroporto de Viracopos, a cidade como pólo tecnológico, os empreendimentos hoteleiros, a indústria cultural e os serviços sofisticados para o turismo de negócios e eventos, e a expansão dos investimentos na região -, vêm na refuncionalização da área central o cartão postal para a atração e fixação destes e de outros investimentos. E ambos acertam nessa estratégia, pois a atração de uma cidade, hoje, está, em grande parte vinculada a imagem que dela se divulga nas redes globais.

Esse potencial adormecido que o Centro de Campinas tem carregado em suas ruas, praças e em seu patrimônio arquitetônico tombado passou a ser despertado pela proposta

(Versão Preliminar¹⁰) do *Plano de Requalificação da Área Central de Campinas* e, agora, pelo *Projeto Centro*.

Em 2002, a Prefeitura Municipal anunciou um conjunto de quinze (15) medidas de intervenção no Centro da cidade. Entre essas medidas, quatro intervenções urbanas, sem contar as formas de gestão, como a Zeladoria do Centro, tornaram-se o carro-chefe da nova refuncionalização:

- 1) **Complexo Ferroviário:** várias intervenções de recuperação e ocupação da área com atividades culturais já foram realizadas para que funcione como pólo irradiador de revitalização do Centro.
- 2) **Rua 13 de Maio:** rede elétrica e de telefonia embutidas, com possibilidade de ampliar a área, com definição de normatização de fachadas e publicidade.
- 3) **Palácio dos Azulejos:** restauro do edifício histórico.
- 4) **Catedral:** restauro e melhoria do mobiliário urbano nas praças.

Sem querer entrar no mérito da delimitação do perímetro do Centro Histórico, já que a própria história deu mobilidade a esse Centro e muitas edificações importantes estão fora do perímetro estabelecido, vale ressaltar que a concepção de uma área central, histórica, de valor simbólico e objetivo para a população de Campinas é legítima – o que dá sustentação aos projetos de renovação do Centro¹¹.

Campinas almeja obter o status de uma metrópole informacional, que combine as diferentes temporalidades das tecnologias e serviços sofisticados, e dos circuitos culturais, de entretenimento e do comércio que façam uso da arquitetura e de um centro consolidado há mais de duzentos anos. Esse perfil de cidade, que combina o tempo lento, cristalizado nos edifícios do Centro Histórico, e o tempo rápido das mudanças técnico-científicas e do capital, tem se tornado muito atraente em termos de investimentos.

¹⁰ Esta Versão Preliminar foi elaborada pela Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente de Campinas (SEPLAMA), em Março de 2002, no início da gestão do prefeito do PT, Toninho.

¹¹ A base para a delimitação da poligonal correspondente ao Centro Histórico foi a seleção de quatro importantes prédios históricos, tomando a área circunscrita à intercessão de seus respectivos raios de 300 metros. Esses quatro prédios são: 1) O Solar do Barão de Itatiba ou Palácio dos Azulejos; 2) A Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Conceição; 3) O Solar do Visconde de Indaiatuba, que foi destruído após um incêndio em meados de 1980, e reconstruído em seguida; 4) O Solar do Barão de Itapura

Mas como pensar as possibilidades de democratização do patrimônio?

O Centro é historicamente o lugar da diversidade, da convivência de diferentes tempos e usos. Mas a segregação sócio-espacial entre as elites e os excluídos sempre existiu no Centro. Dos senhores e escravos do açúcar, aos informais e executivos da cidade informacional, é importante salientar que a própria diversidade presente no centro faz parte da sua história, e homogeneizar os seus usos e usuários seria perder esta peculiaridade da cultura urbana. A vida do centro é a própria diversidade sócio-espacial; e é assim que é o Centro.

A preservação dos Centros Históricos tradicionais deve privilegiar os antigos usos como a habitação, o comércio, os serviços, e estimular novas funções, como o turismo cultural, a fim de torna-lo atraente para que volte a abranger também as atividades mais nobres. Mas não enobrece-lo completamente. É importante voltar a atrair a população que não frequenta mais o Centro, incomodada com a poluição, com a insegurança, com o trânsito, e que prefere o conforto e as facilidades dos shoppings. Mas também é importante fixar a população de diferentes estratos sociais.

A proposta de trazer novos atrativos culturais para atrair novamente a população para o Centro é uma estratégia positiva, mas deve incluir atrativos para os diferentes estratos sociais, evitando um processo de elitização. Além disso, estas estratégias devem estar integradas em uma Política Pública intersetorial, afinal, são estratégias que dialogam com os problemas estruturais da cidade, como: dos transportes, segurança, comércio, habitação, saneamento, enfim, do planejamento territorial.

Cabe lembrar que o Centro sempre foi rico em espaços públicos, passíveis de serem apropriados por diferentes manifestações culturais, políticas, lúdicas. É importante não perder de vista esta característica ao transformar os seus atrativos em bens acessíveis apenas por meio da comercialização, como ocorre na maior parte dos lugares turísticos. A subversão do caráter público dos bens tombados reforça as estratégias de exclusão social do consumo cultural.

A valorização contemporânea do patrimônio, de maneira geral, tem deslocado os bens culturais tombados das relações sociais construídas localmente, inserindo as cidades na racionalidade global do consumo visual das paisagens enobrecidas para o lazer e para o turismo cultural. Esta inversão põe em risco os preceitos do direito à cidade, à qualidade de

vida, e ao direito à memória, indo na contra-mão das possibilidades da esfera cultural transformar-se no vetor de uma apropriação mais democrática da cidade e dos seus bens patrimoniais. É preciso ainda acreditar nessa possibilidade.

Bibliografia Geral

- BADARÓ, R. de S. C. (1996) *Campinas – o despontar da modernidade*, Centro de Memória, Editora da Unicamp, Campinas, S.P.
- CANCLINI, Nestor Garcia (1994) “O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional” (pp. 95-111) In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN*, Brasília, N.23.
- CHOAY, Françoise (2001) *A alegoria do patrimônio*, Editora Unesp/Estação Liberdade, (282 p.), São Paulo, S.P.
- COSTA SANTOS, A. (2002) *Campinas, das origens ao futuro*, Editora da Unicamp, Campinas, S.P.
- DODSON, Belinda e Kilian, Darryll (2001) “De porto a playground – a revitalização da enseada de Victoria & Alfred, Cidade do Cabo” (pp.193-222) In: Tyle, D., Guerrier, Y. e Robertson, M. (Orgs.) *Gestão de turismo municipal – teoria e prática de planejamento turístico nos centros urbanos*, Editora Futura, S.P.
- EVASO, A.S. (1999) “A refuncionalização do espaço” (pp.33-54), *Revista Experimental – Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental*, FFLCH/Depto. de Geografia/USP, Ed. Humanitas, S.P.
- FEATHERSTONE, M. (1995) *Cultura de consumo e pós-modernismo*, Ed. Studio Nobel, S.P.
- HALL, Peter (2002 [1988]) *Cidades do amanhã*, Coleção Estudos (Urbanismo), Editora Perspectiva, São Paulo, S.P.
- HARVEY, D. (1987) “Flexible accumulation through urbanization: reflections on *post-modernism* in the American city” In: *Antipode*, 19:(260-286).
- _____ (1992) *Condição pós-moderna – uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, Edições Loyola, São Paulo, S.P.
- JOLY, Carolina (2002) “Refuncionalização e patrimônio arquitetônico: o Centro Histórico de Campinas”, *Monografia de Graduação*, Unicamp/IG/Departamento de Geografia, Campinas, S.P. (90 p.).
- LEITE, Rogério Proença (2004) *Contra-usos da cidade – lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*, Editoras Unicamp/UFS, São Paulo, S.P.

- LUCHIARI, M.T.D. Paes (2002) “A mercantilização das paisagens naturais” (pp. 25-41)
In: Bruhns H.T. & Gutierrez G.L. (Orgs.) *Enfoques contemporâneos do lúdico* (III Ciclo de Debates Lazer e Motricidade), Editora Autores Associados, Unicamp, Campinas, S.P.
- LUCHIARI, M.T.D. Paes & SERRANO, C. (2002a) “Tourism and environment in Brazil” (pp.255-276) In: Hogan, D.J., Berquó, E. and Costa, H.S.M. (Eds.) *Population and environment in Brazil: Rio + 10*, CNPD/ABEP/NEPO, Campinas, S.P., Brazil.
- MENEZES, Ulpiano T.B. de (1999) “Valor cultural, valor econômico: encontros e desencontros”, II Seminário Internacional de História de Energia, Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo, S.P. (pp. 30-44).
- MINISTÉRIO DAS CIDADES (2004) “Políticas de reabilitação de áreas urbanas centrais”
In: *Cadernos Mcidades – Programas Urbanos*, No. 03 – Planejamento Territorial Urbano e Política Fundiária, Governo Federal (pp. 69-84).
- PEET, Richard (1997) “A produção cultural de formas econômicas” In: *Experimental*, Laboplan/FFLCH/USP, Ano II, N. 03, São Paulo, S.P. (pp. 117-136).
- RODRIGUES, Cíntia Nigro (2001) “Territórios do patrimônio: tombamentos e participação social na cidade de São Paulo”, *Dissertação de Mestrado*, FFLCH/USP, Departamento de Geografia, São Paulo, S.P.
- SÀNCHEZ, Fernanda (1997) *Cidade espetáculo – política, planejamento e city marketing*, Editora Palavra, Curitiba, PR.
- SANTOS, Milton (1996) *A natureza do espaço – técnica e tempo razão e emoção*, Editora Hucitec, S.P.
- _____ (2002) “O país distorcido” In: Ribeiro, W.C., (Org.) *Seleção de artigos publicados na Folha de São Paulo*, Publifolha, São Paulo, S.P.
- SEPLAMA (2002) “Plano de Requalificação da Área Central de Campinas (Versão Preliminar)”, Campinas, S.P.
- ZUKIN, S. (1996) “Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder” (pp.205-218), *Revista do IPHAN*, No. 14, São Paulo, S.P.